



Senado cumpre teto, devolve R\$ 203 mi e tem votação recorde

Eunício disse que medidas administrativas geraram economia, pediu que a verba seja destinada a saúde, educação e segurança e destacou aprovação de reformas

O Senado vai devolver R\$ 203 milhões à União, resultantes de economia que fez em 2017, informou ontem o presidente da Casa, Eunício Oliveira. O senador destacou que as medidas administrativas adotadas no Senado também permitiram investimentos internos em áreas como tecnologia, comunicação e infraestrutura. Ele sugeriu que a verba devolvida seja usada pelo governo para as prioridades da população — saúde, educação e segurança —, e não para superavit.

Ao fazer um balanço

das atividades do ano no Senado, Eunício destacou o esforço para manter o equilíbrio e o diálogo entre os Poderes da República e evitar potenciais crises. Ele também ressaltou os resultados da atividade legislativa, com recorde de aprovação de proposições — 261, o maior número da década. Entre elas, as reformas trabalhista e política, o Cartão Reforma, mais recursos para a segurança pública e o Simples Municipal. O senador também frisou o esforço do Senado para votar a Lei Orçamentária de 2018 no prazo. **3**



Jefferson Ruedy/Agência Senado

Eunício destaca economia gerada pelo Senado e aprovação de reformas política e econômica e do Simples Municipal



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Senadores participam da sessão plenária em que aprovaram o projeto que beneficia produtores rurais endividados

Agricultores poderão parcelar dívidas com Funrural

Os senadores aprovaram um projeto que permite aos produtores rurais — pessoas físicas e jurídicas — parcelar em até 15 anos suas dívidas com o Funrural. Além disso, serão concedidos descontos. O texto, que agora

vai para sanção, dividiu os senadores. Parte disse que não se deve conceder tal benefício em momento de crise fiscal. Para outra parte, é importante incentivar a produção, em especial a dos pequenos agricultores. **5**

Promulgada emenda que torna mais fácil pagar precatórios

O Congresso promulgou ontem uma emenda à Constituição que aumenta de 2020 para 2024 o prazo para estados e municípios quitarem precatórios em um regime especial. O autor, José Serra, diz que a emenda compatibiliza interesses dos beneficiários dos precatórios com a crise financeira dos entes federados e decisões recentes do STF. **2**

Comissão sobre maus-tratos a crianças encerra trabalhos do ano

Ontem a CPI que investiga maus-tratos de crianças e adolescentes cancelou sua última reunião do ano porque o depoente Alexandre Christian Mathieu não compareceu. Como alcançaram o número de apoios necessários, a CPI dos Maus-Tratos e também a do BNDES foram prorrogadas e continuarão os trabalhos no ano que vem. **4**



Genaldino Magela/Agência Senado

Presidente da comissão, Regina Sousa, e relator do projeto, Paulo Paim

Projeto deduz de Imposto de Renda doações para deficientes

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos permite deduzir do Imposto de Renda doações feitas aos fundos controlados

pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência. O texto segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos. **8**

CPI mista da JBS aprova relatório final sem pontos polêmicos

A CPI mista da JBS aprovou o relatório final depois que o deputado Carlos Marun retirou do seu texto pontos polêmicos, como a sugestão de indiciamento do ex-procurador-geral

Rodrigo Janot. Foi mantido o pedido de indiciamento do advogado Marcelo Miller e dos irmãos Batista. **4**



Genaldino Magela/Agência Senado

Carlos Marun apresenta seu relatório em reunião presidida por Ataídes Oliveira

Ajuda na solução de crime pode ter recompensa

Avança MP que dá prazo para investir em rodovia

Debate aponta que regulação fundiária no DF é urgente

Adesão a tratado da ONU sobre armas vai a Plenário

Jefferson Rudy/Agência Senado



O presidente do Senado, Eunício Oliveira, preside sessão do Congresso destinada à promulgação da emenda

Prazo para pagamento de precatórios será estendido

Originada de proposta do Senado, emenda constitucional promulgada ontem pelo Congresso prorroga de 2020 para 2024 período para estados, DF e municípios quitarem esses débitos em regime especial

O CONGRESSO PROMULGOU ontem emenda constitucional que aumenta de 2020 para 2024 o prazo para estados, Distrito Federal e municípios quitarem seus precatórios em um regime especial. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, conduziu a sessão solene.

Proveniente da Proposta de Emenda à Constituição 45/2017, de José Serra (PSDB-SP), a Emenda Constitucional 99 foi aprovada por unanimidade no Senado na terça-feira. Segundo Serra, a mudança na Constituição visa compatibilizar decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), dificuldades financeiras dos entes federados e direitos dos beneficiários dos precatórios.

De acordo com a emenda, esses precatórios passarão a ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial

(IPCA-E), seguindo decisão recente do STF. Os precatórios são dívidas contraídas pelos governos em todas as esferas, quando são condenados pela Justiça a pagar a pessoas físicas ou jurídicas, após o trânsito em julgado.

Depósitos

Os estados e municípios continuarão a ter de depositar mensalmente, em conta especial do tribunal de Justiça local, 1/12 de sua receita corrente líquida para fazer os pagamentos.

Quando aos depósitos relativos a ações na Justiça e a recursos administrativos em processos em que os estados, o DF ou os municípios sejam parte, a PEC mantém a permissão de uso de 75% do total para pagar precatórios. Será obrigatória, porém, a constituição de um fundo garantidor com o que sobrar (25%) para pagar as

causas perdidas por esses entes federados ou suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

O fundo será corrigido pela Selic, mas essa correção não poderá ser inferior aos índices e critérios aplicados para os valores retirados, os 75%.

A Constituição estabelece, nas regras gerais para pagamento de precatórios, uma preferência de pagamento para aqueles de natureza alimentícia e, dentre esses, outra preferência para idosos, portadores de doença grave ou pessoas com deficiência.

Essa preferência é limitada a três vezes o valor da requisição de pequeno valor (RPV), em torno de R\$ 16,5 mil. A EC 99 determina que, nos pagamentos feitos pelo regime especial (até 2024), a preferência para esse público abrangerá valores de até cinco vezes a RPV, aproximadamente R\$ 27,6 mil.

Eleitos senadores para comissão durante recesso

O Senado elegeu ontem seus representantes na Comissão Representativa do Congresso, que funcionará durante o recesso parlamentar, de 23 de dezembro a 2 de fevereiro.

Os parlamentares, indicados pelas lideranças partidárias, exercem as atribuições de ca-

ráter urgente que não possam aguardar o início do período legislativo.

Os senadores do colegiado são: João Alberto Souza (PMDB-MA), Simone Tebet (PMDB-MS), Romero Jucá (PMDB-RR), Elmano Férrer (PMDB-PI), Flexa Ribeiro

(PSDB-PA), Gladson Cameli (PP-AC), Roberto Muniz (PP-BA), Paulo Rocha (PT-PA), Gleisi Hoffmann (PT-PR), João Capiberibe (PSB-AP), Lídice da Mata (PSB-BA), Cidinho Santos (PR-MT), Vicentinho Alves (PR-TO) e Hélio José (Pros-DF).

Presidente do Senado critica demora em votação de MPs

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, criticou a demora da Câmara dos Deputados em votar as medidas provisórias, o que prejudica a análise dos senadores.

— Temos que ter um mínimo de disciplina, porque este sistema [político] não é unicameral, é bicameral. E todas as medidas provisórias que vierem, que forem emendadas pelos senadores, independentemente de prazo, a não ser que seja regimental, voltarão para a Câmara. Quem botou emenda assumiu sua emenda lá na Câmara. Quem botou emenda aqui assumiu a sua emenda que encaminhou para a Câmara.

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) sugeriu que Eunício cobre do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, o compromisso de aprovação, no início da sessão legislativa de 2018, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/2011, que prevê novas regras para a tramitação de MPs.

Aprovada pelo Senado em 2011, a PEC ainda aguarda votação no Plenário da Câmara. Aécio reclamou que, nos últimos dias, assim como ao

longo do ano, o Senado ficou impossibilitado de discutir de forma adequada as MPs que tramitaram no Congresso, em razão do pouco prazo para a análise na Casa.

Aécio, que relatou a PEC no Senado, destacou que a proposta reserva à Casa 30 dos 120 dias para tramitação. O texto destina aos deputados 80 dias a contar da edição da MP, depois 30 dias para análise do Senado e mais 10 dias para a Câmara avaliar possíveis emendas dos senadores.

O texto também impede que qualquer tema não correlato ao assunto inicial da MP possa nela ser incluído. E garante um período adequado para que o Senado delibere sobre o texto. A PEC, disse Aécio, está na Mesa da Câmara para ser colocada em votação desde agosto.

— A sugestão é que não iniciemos o próximo ano repetindo esse perverso roteiro em que a Câmara utiliza quase a totalidade dos 120 dias de validade de uma medida provisória, restando ao Senado um, dois, três dias para votar a matéria da forma como ela vem — disse Aécio.

Elber Batalha destaca trabalho do Lions Club no país

Elber Batalha (PSB-SE) homenageou ontem o Lions Club. Ele afirmou que é a maior organização de clubes de serviço do mundo, com mais de 1,4 milhão de associados, em mais de 46 mil unidades.

O senador ressaltou que, em Sergipe, destacam-se as ações para prevenir a cegueira, restaurar a visão e melhorar o atendimento na área da oftalmologia.

— Presto minha homenagem a todos os “leões” pelo lindo trabalho de ajudar o próximo, consolar o aflito e socorrer os mais carentes do meu estado de Sergipe, do Brasil e do mundo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Rose homenageia paraquedista pioneira Rosa Schorling

Rose de Freitas (PMDB-ES) registrou ontem o falecimento, aos 98 anos, da aviadora capixaba Rosa Schorling, a primeira mulher paraquedista do Brasil. Ela destacou a coragem de Rosita, que nunca se intimidou com as limitações impostas às mulheres. A senadora estendeu a homenagem a todas as mulheres determinadas a enfrentar desafios.

— Olhem em que época ela inaugurou e realizou essa façanha nas alturas, onde só o homem costumava chegar. Numa época em que os homens dominavam o espaço aéreo, as máquinas do espaço aéreo e as máquinas terrestres — afirmou a senadora.



Jefferson Rudy/Agência Senado

👍 DÊ SUA OPINIÃO

Devedor de pensão alimentícia pode ser incluído no Serasa

Quem for condenado por não pagar pensão alimentícia de dependente pode ter o nome inscrito em cadastros de inadimplentes. O projeto (PLC 150/2017), do deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG),

foi aprovado na Câmara e está em análise no Senado. Hoje, após ser intimado a pagar a pensão, o responsável tem três dias para quitar o débito ou justificar a impossibilidade de pagamento.

Se não cumprir a exigência, pode inclusive ser preso. Se aprovado o projeto, o juiz determinará também a inclusão do nome do devedor em cadastros de inadimplentes, como o SPC ou Serasa.

Qual a sua opinião sobre o projeto?
Vote em:
<http://bit.ly/PLS490de2017>

Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

Comente também na página do Senado no Facebook: facebook.com/senadofederal

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SESSÃO SOLENE Dia do Arquiteto

11h Comemoração do Dia do Arquiteto e do aniversário do conselho da área.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Senado cumpre teto e devolve R\$ 203 milhões

Presidente da Casa destacou que economia veio de medidas de racionalização de gastos e sugeriu que recursos devolvidos sejam investidos em saúde, educação e segurança

O SENADO VAI devolver R\$ 203 milhões à União, informou ontem o presidente da Casa, Eunício Oliveira. O dinheiro resulta de medidas de economia e racionalização de gastos adotadas pela Presidência do Senado em 2017.

Eunício afirmou que, além de cumprir o teto de gastos previsto na Emenda Constitucional 95/2016, as medidas administrativas permitiram fazer os investimentos necessários, como nas áreas de tecnologia, comunicação e infraestrutura. Para o senador, os recursos devem ser usados nas três maiores prioridades da população: saúde, educação e segurança, e não para fazer superavit fiscal.

O valor a ser devolvido equivale a 47% das despesas não obrigatórias — a parte do orçamento em que o Senado tem autonomia para gastar —, que somam R\$ 432,9 milhões.

Dos R\$ 203 milhões, R\$ 117 milhões são recursos próprios do Senado — oriundos de receitas da Gráfica, de receitas por uso de espaço e da venda da folha de pagamento —, R\$ 35 milhões referem-se à redução da contribuição previdenciária patronal em razão de aposentadorias, e R\$ 51 milhões dizem respeito a medidas de economia e racionalização de gastos — que equivalem a 12% das despesas não obrigatórias.

Ao fazer um balanço das atividades em 2017, Eunício disse que uma de suas prioridades foi manter o equilíbrio entre as instituições para que o Senado fosse respeitado e ouvido pela Presidência da República, pela Câmara dos Deputados, pelo Supremo



Eunício faz balanço do ano e afirma que número de propostas analisadas é o maior da década

Marcos Oliveira / Agência Senado

Eunício Oliveira diz que buscou diálogo e resultados em seu 1º ano à frente da Casa

Eunício fez também um balanço da produção legislativa no ano. Ele disse que buscou imprimir nos trabalhos a marca do diálogo, da participação coletiva e dos resultados. O reflexo, segundo ele, está nos números e na qualidade das proposições votadas.

— Não me preocupa a quantidade, e sim a qualidade do que fazemos. Mas cabe o breve registro de que o número de matérias apreciadas em 2017 foi o maior de toda a década. Até ontem [quarta-feira] o Plenário tinha votado 261 proposições, entre projetos de lei, medidas provisórias, projetos de resolução e propostas de emendas à Constituição — avaliou.

O senador citou dezenas de propostas aprovadas pelo Senado, como as reformas trabalhista e política. Nas áreas econômica e social, ele destacou a medida provisória que permitiu a continuidade dos saques das contas inativas do FGTS, projetos sobre melhoria do ambiente microeconômico e a criação do Cartão Reforma, com crédito para famílias carentes reformarem ou construírem suas casas.

— Aprovamos uma série de medidas que permitiram a retomada do crescimento da economia brasileira, a queda de juros e da inflação. Nosso trabalho ajudou a melhorar a produtividade, a gerar emprego e renda.

O presidente do Senado lembrou que a segurança pública entrou definitivamente na pauta da Casa, recebendo atenção dos senadores, que aprovaram a criação das polícias penitenciárias e a transferência de recursos do Fundo Penitenciário Nacional para atender os presídios estaduais.

Na área social, o senador citou a proposta que torna mais ágil o processo de adoção. Também destacou benefício às mulheres, com a aprovação de projetos voltados ao diagnóstico, à prevenção e ao tratamento do câncer.

Estados e municípios

Para Eunício, o Senado cumpriu seu papel de representar as unidades da Federação. Em tempos de crise, prefeituras e governos estaduais foram beneficiados com várias propostas, como a criação do Simples Municipal, o regime de recuperação fiscal e a renegociação de dívidas.

Ele lembrou que, pela segunda vez em 15 anos, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi votado até o prazo constitucional. O mesmo ocorreu com a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA), votada na quarta-feira pelo Congresso. Para 2018, ano de eleições, Eunício reafirmou o compromisso com o diálogo.

Tribunal Federal, pelo Ministério Público e por outras instituições.

— Não foram poucos o momentos com potencial de crise a explodir entre os Poderes [da República]. Não foram poucas as vezes que se fez necessário exercitar o diálogo, a paciência e o entendimento republicanos.

Segundo ele, o Senado termina 2017 com as prerrogativas respeitadas e asseguradas.

— Chegamos ao final do difícil ano de 2017 com prerrogativas mantidas, o que foi feito não para garantir privilégios, mas para garantir autonomia e capacidade de tomar decisões mais adequadas ao interesse público.

Senadores elogiam presidente pela condução dos trabalhos

O balanço das atividades do Senado em 2017 e a notícia de que a Casa devolverá R\$ 203 milhões à União repercutiram entre os senadores. Dezenas deles apoiaram a iniciativa do presidente, Eunício Oliveira.

— Diz a máxima que palavras somente convencem e que é o exemplo que arrasta. Num momento de dificuldade para a nação e para as contas públicas, devolver mais de R\$ 200 milhões aos cofres da União é uma demonstração fundamental e importante que merece saudação — afirmou Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Magno Malta (PR-ES) destacou o pedido de Eunício de que o dinheiro economizado não seja usado para superavit fiscal, mas em saúde, educação e segurança. Segundo ele, é um gesto a ser seguido por

outras instituições públicas.

— O dinheiro é público? Sim. Mas, sem sensibilidade, certamente esses recursos não voltariam aos cofres públicos e seriam gastos de uma outra forma — disse Malta.

Único representante do PSC no Senado, Pedro Chaves (MS) elogiou o fato de ter recebido o mesmo tratamento dado a outros partidos maiores, com mais de uma dezena de representantes na Casa:

— Eu, como novato na Casa, senti um ambiente extremamente republicano — avaliou.

Raimundo Lira (PMDB-PB) destacou o fato de o projeto de lei orçamentária ter sido votado na quarta-feira, antes do recesso previsto na Constituição, algo que não ocorre há muitos anos, bem como a inexistência de vetos pre-

sidenciais pendentes para o próximo ano.

— Isso mostra a eficiência na condução da presidência do Senado e do Congresso Nacional.

Ao terminar o balanço, Eunício Oliveira pediu desculpas por eventuais falhas na condução dos trabalhos.

Lindbergh Farias (PT-RJ) elogiou o presidente e reconheceu que foi um dos senadores que mais tiveram atrito com o comando da Casa:

— Eu tenho também que reconhecer aqui meus erros, meus excessos nos embates, pois me excedi.

Os também petistas Paulo Paim (RS), Fátima Bezerra (RN) e Jorge Viana (AC) também elogiaram a forma com que Eunício conduziu os trabalhos.

Veja alguns projetos aprovados

O Plenário do Senado votou neste ano 257 proposições, entre propostas de emenda à Constituição, medidas provisórias e projetos de lei e de resolução, incluindo as aprovadas em caráter terminativo nas comissões

- 🔧 **REFORMA TRABALHISTA** **PLC 38/2017**
- 🔧 **REFORMA POLÍTICA** **PEC 33/2017**
- 💰 **MACROECONOMIA**
 - **MP 763/2016** Permitiu saque de conta inativa do FGTS sem carência de três anos
 - **MP 751/201** Criou o Programa Cartão Reforma
- 🛡️ **SEGURANÇA PÚBLICA**
 - **PEC 14/2016** Criou as polícias penitenciárias
 - **PEC 24/2012** Criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública
 - **PLV 26/2017 (MP 781/2017)** Transferiu recursos do Fundo Penitenciário Nacional para atender os presídios estaduais
- 🌟 **PACTO FEDERATIVO**
 - **PLC 39/2017** Instituiu o regime de recuperação fiscal dos estados
 - **MP 801/2017** Renegociou a dívida dos estados e municípios
 - **PEC 77/2015** Permitiu prestação de contas simplificadas para pequenos municípios
- 🎓 **EDUCAÇÃO**
 - **MP 785/2017** Criou novas regras para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)
- 🏥 **SAÚDE**
 - **PLC 56/2017** Mudou atribuições de agentes de saúde e de combate a endemias
 - **PLS 147/2015** Destinou a arrecadação de impostos sobre tabaco e remédios para o Sistema Único de Saúde (SUS)
- 🌿 **MEIO AMBIENTE**
 - **PLS 369/2017** Destinou verba dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte a projetos de revitalização de bacias hidrográficas
- 👩 **SAÚDE DA MULHER**
 - **PLC 5/2016** Obrigou o SUS a fazer cirurgia plástica reparadora para câncer de mama
 - **PLC 20/2017** Concedeu transporte a mulheres com dificuldade de locomoção para realizar os exames de câncer de útero e de mama
 - **PDS 42/2015** Sustou a portaria do governo que restringia o acesso das mulheres entre 40 e 49 anos à mamografia
 - **PLC 101/2017** Mudou regras para adoção, tornando mais rápido o processo
- 🏛️ **CONGRESSO**
 - **PLN 1/2017** Lei de Diretrizes Orçamentárias
 - **Veto 52/2016** Derrubada do veto que permite a cobrança de ISS no local da prestação do serviço, e não no município do estabelecimento
 - **Veto 29/2017** Derrubada do veto que proibia santas casas inadimplentes de contrair novos financiamentos

Relatório final da CPI mista da JBS é aprovado

O relator, deputado Carlos Marun, aceitou retirar pontos considerados polêmicos pelos integrantes da comissão, como sugestões de indiciamentos e de investigações

O RELATÓRIO FINAL da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS foi aprovado, ontem, depois que o relator, deputado Carlos Marun (PMDB-MS), aceitou retirar pontos considerados polêmicos pelos integrantes da comissão.

Foram excluídos a sugestão de indiciamento do ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot, o projeto de lei que diminuía o poder do Ministério Público na celebração de acordos de delação premiada e o pedido de investigação das denúncias feitas pelo advogado Rodrigo Tacla Durán contra a força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba.

No texto original, Marun pedia o indiciamento de Janot e do procurador da República Eduardo Pella, ex-chefe de gabinete de Janot, por prevaricação, abuso de autoridade e incitação à subversão da ordem política. Segundo o relator, Janot e Pella sabiam das negociações relativas à colaboração premiada dos irmãos Joesley e Wesley Batista e da participação do ex-procurador Marcello Miller, acusado de favorecer os controladores do frigorífico JBS em troca de um contrato milionário com o escritório de advocacia que tratava do acordo de leniência do grupo. Marun disse esperar que a atuação da antiga cúpula do Ministério Público seja investigada pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

— Espero que ela dê continuidade às investigações — afirmou o relator.

Para Marun, houve um com-



Carlos Marun (à mesa, ao lado de Ataídes Oliveira) apresenta relatório, que foi aprovado sem pontos polêmicos

plô para derrubar o presidente Michel Temer e impedir a nomeação da procuradora como sucessora de Janot.

O relator manteve no texto o pedido de indiciamento de Miller e dos irmãos Batista. Os controladores da JBS são acusados de corrupção ativa, uso indevido de informação privilegiada e manipulação de mercado. O executivo Ricardo Saud, da JBS, é acusado de corrupção ativa.

Ministro

Marun tomaria posse ontem à tarde como ministro-chefe da Secretaria de Governo, no lugar do deputado Antonio Imbassahy (PSDB-BA), que retorna à Câmara. A solenidade foi adiada porque Temer se recupera de cirurgia urológica em um hospital de São Paulo. O relator também retirou do texto, a pedido do deputado Delegado Francischini (SD-

-PR), a defesa de proposta que tipifica as condutas praticadas com abuso de autoridade por membro de Poder ou agente da administração pública (PLS 85/2017).

— Esse projeto é destinado a punir policiais e membros do Ministério Público — disse Francischini.

Foi retirado ainda trecho do sub-relatório apresentado pelo deputado Wadih Damous (PT-RJ), que pedia a investigação das denúncias de Durán.

— O depoimento desse advogado é uma armação para incriminar o juiz Sergio Moro — disse o deputado João Gualberto (PSDB-BA).

Na CPI, Durán questionou provas usadas pelo Ministério Público na Operação Lava Jato, alegando direcionamento nas delações premiadas. Ele disse ter recebido a proposta de redução de multa, feita por um advogado de Curitiba que

seria amigo de Moro, em troca do pagamento de R\$ 5 milhões.

Damous lamentou a retirada das denúncias e acusou procuradores da Lava Jato de cometerem abusos.

Delações

Para permitir a aprovação do texto, Marun já havia retirado proposta de Damous para regulamentar as delações premiadas. O projeto de lei pretende diminuir o poder do Ministério Público de oferecer redução de penas para os colaboradores, proíbe a celebração de acordos com acusados presos e obriga o registro em vídeo de todas as etapas da negociação.

Na quarta-feira, Marun acrescentou ao relatório algumas propostas feitas pelos três relatores setoriais da CPMI — os deputados Hugo Leal (PSB-RJ), Damous e Francischini.

Leal apontou que o grupo que controla a empresa JBS

foi beneficiado de maneira suspeita pela aprovação da Lei 11.945/2009, originada da MP 451/2008, que dispensava a exigência de certidão negativa de débitos para a obtenção de financiamentos de bancos oficiais. Segundo o deputado, o texto original da MP dispensava por seis meses as exigências de regularidade fiscal para a obtenção de financiamentos concedidos por bancos públicos. No Congresso, a MP foi alterada, e o prazo foi estendido para 18 meses, o que, segundo Leal, coincide com a liberação de empréstimos do BNDES para o frigorífico.

No relatório, Leal pede a criação de uma outra CPI para investigar créditos tributários concedidos pelo governo a empresas dos setores agrícola e de proteína animal. Ele também pede que o Ministério da Fazenda passe a divulgar a estimativa de renúncia tributária relativa a agroindústrias.

Marun manteve no texto proposta de decreto legislativo, sugerida por Damous, que susta os efeitos de decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (Resolução 181/2017) que, segundo o deputado, usurpa o poder de investigação da polícia e tira do Judiciário o poder de controlar o Ministério Público.

A votação do relatório final foi comemorada pelo presidente da CPI, Ataídes Oliveira (PSDB-TO). O senador disse lamentar não ter havido tempo para ouvir nenhum dos políticos acusados de receber propina.

Da Agência Câmara

Convocado falta e CPI dos Maus-Tratos encerra trabalhos de 2017

A comissão parlamentar de inquérito que investiga maus-tratos de crianças e adolescentes teve a última reunião do ano cancelada. Os senadores pretendiam ouvir ontem o depoimento de Alexandre Christian Mathieu, mas ele não compareceu. Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI, explicou que a comissão vai pedir a condução coercitiva do depoente na volta dos

trabalhos, em fevereiro.

— Foi convocado, confirmou que viria e não veio. Mas isso aqui é juízo. Então no próximo ano ele virá coercitivamente.

Mathieu seria ouvido em uma reunião sigilosa, com a presença exclusiva de parlamentares e servidores destacados para acompanhar os trabalhos. O nome de Mathieu foi citado durante um dos

depoimentos colhidos pela comissão no mês passado, quando foi acusado de ter envolvimento em maus-tratos de crianças.

A CPI é composta de sete

titulares e cinco suplentes e foi instalada em agosto para investigar irregularidades e crimes como abandono, trabalho infantil, maus-tratos físicos, psicológicos e intelectuais,

negligência e abusos sexuais. Os trabalhos se encerrariam em 22 de dezembro, mas foram prorrogados, e a CPI deve continuar funcionando no primeiro semestre de 2018.

Comissões parlamentares de inquérito são prorrogadas

Por terem alcançado o número mínimo de apoios necessários, as CPIs dos Maus-Tratos e do BNDES foram prorrogadas ontem e continuarão seus trabalhos no ano que vem. O comunicado foi feito pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, ao final da sessão deliberativa de ontem.

De acordo com os requerimentos, a CPI do BNDES funcionará até 1º de março. A CPI dos Maus-Tratos terá mais 180 dias para apresentar seu relatório final. O

presidente desta última CPI, Magno Malta (PR-ES), agradeceu os 38 senadores que assinaram o requerimento de prorrogação e afirmou que as cartilhas lançadas nesta semana pelo colegiado têm tido uma grande procura.

— São três manuais preventivos voltados ao cuidado de crianças e adolescentes em relação ao suicídio, ao bullying e ao cyberbullying, e uma última sobre automutilação. Órgãos de governo e outras instituições

têm solicitado reproduções dessas cartilhas em grande número. É bom lembrar que hoje o suicídio é a terceira causa de mortes entre os adolescentes — disse o senador, reforçando o argumento quanto à necessidade de a CPI prorrogar seus trabalhos, voltados à proteção desses segmentos populacionais.

A CPI do BNDES investiga irregularidades em empréstimos concedidos pelo banco no programa de globalização de companhias brasileiras.



Presidente da CPI, Magno Malta é cumprimentado por Randolfe Rodrigues

Plenário aprova parcelamento de dívida rural

Projeto, que agora vai para a sanção presidencial, permite que agricultores e empresas rurais dividam débitos com Funrural em até 15 anos e com desconto

O PROJETO QUE permite a produtores rurais (pessoas físicas, cooperativas e intermediários) parcelar suas dívidas com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) em até 15 anos e com desconto foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. O Funrural é destinado ao sistema previdenciário dos trabalhadores rurais. A proposta também reduz a alíquota da contribuição social incidente sobre a receita bruta do setor.

O texto (PLC 165/2017), que institui o Programa de Regularização Tributária Rural, havia sido aprovado na Câmara anteontem, tramitou em regime de urgência e agora vai para a sanção presidencial.

A proposta resgatou o conteúdo da Medida Provisória 793/2017, que perdeu a vigência por não ter sido votada pelo Congresso.

O texto diminui de forma permanente a contribuição



Eunício Oliveira (D) preside a sessão em que os senadores aprovaram projeto que favorece pequeno agricultor

previdenciária do produtor rural pessoa física de 2% para 1,2% da receita bruta e também a alíquota de contribuição das empresas rurais (laticínios, frigoríficos e agroindústrias) de 2,5% para 1,7%. As novas alíquotas começarão a valer em 1º de janeiro.

Medida provisória

A MP 793 estabelecia melhores condições de parcelamento para o produtor segurado especial e a empresa ou revendedor com dívidas de até R\$ 15 milhões. O projeto fixou um menor número de parcelas para todos os compradores da produção rural e

para as cooperativas.

Pelo projeto aprovado, os produtores rurais pessoas físicas e jurídicas poderão pagar suas dívidas em 176 parcelas mensais (15 anos). A entrada exigida será equivalente a 0,8% da média mensal da receita bruta obtida no ano anterior ao de vencimento da parcela. Quanto aos compradores e às cooperativas, deverão pagar 0,3% dessa receita bruta no mesmo número de parcelas.

Os devedores rurais terão desconto de 100% em juros, multas e encargos legais. O valor mínimo das parcelas foi fixado em R\$ 100 para os produtores e R\$ 1 mil para os

compradores.

A aprovação do texto dividiu opiniões. Senadores da oposição, como Randolfe Rodrigues (Rede-AP), reconheceram que a proposta é importante para equalizar dívidas de pequenos agricultores, mas destacaram que concede anistia e renúncia fiscal num momento em que o governo quer votar pautas prejudiciais aos trabalhadores, como a reforma da Previdência.

Previdência

Lindbergh Farias (PT-RJ) também criticou:

— Estamos diminuindo as alíquotas de produtores rurais pessoas jurídicas de 2,5% para

1,7%, e vocês querem convencer o povo brasileiro de que há rombo na Previdência?

Em resposta, Simone Tebet (PMDB-MS) e Waldemir Moka (PMDB-MS) insistiram que a proposta só concede anistia aos pequenos produtores rurais e é importante para prover recursos para os agricultores plantarem a próxima safra, o que garantirá “comida da mesa dos brasileiros”.

— Se não votarmos o Funrural, 50% dos nossos produtores não terão condição de fazer o plantio, porque eles dependem do crédito — frisou Moka.

Mais tempo

Lucia Vânia (PSB-GO) citou sua insatisfação pelo fato de várias propostas importantes chegarem “no último minuto” da Câmara e serem votadas com urgência no Senado, sem debates aprofundados.

— Isso tem se repetido muito. Quero solicitar que no próximo ano isso não se repita. Sobre um projeto importante como este, seria necessário ouvir especialistas. Precisamos de tempo para discutir um projeto desta envergadura — disse a senadora.

Ajuda na solução de crime deverá ser recompensada

O Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) deverá prover recursos para os serviços de disque-denúncia, inclusive para a premiação em dinheiro quando as informações levarem à resolução de crimes. Essa é uma das medidas previstas no PLC 187/2015, aprovado ontem pelo Senado.

O texto, que segue para sanção, visa estimular a população a usar os serviços de denúncia por telefone. A proposta integra pacote de segurança elaborado

pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para ajudar a reduzir a violência.

O texto determina a divulgação obrigatória de número de telefone do disque-denúncia em ônibus. Também autoriza os governos estaduais a promoverem convênios para a instalação dos serviços de denúncia, que poderão ser mantidos por entidade privada sem fins lucrativos.

O projeto estabelece ainda que a União, os estados e os

municípios poderão adotar recompensa pelo oferecimento de informações que sejam úteis para a prevenção, a repressão ou a apuração de crimes ou ilícitos administrativos. A questão deverá ser regulamentada pelo Executivo.

A relatora na CCJ, Simone Tebet (PMDB-MS), observou que, desde que foi implantado no Rio de Janeiro em 1995, o Disque-Denúncia já recebeu mais de 2,3 milhões de informações e tem ajudado a polícia.

Estados poderão ter que informar suas taxas de elucidação de crimes

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que muda a lei que regula o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas, ferramenta de coleta de dados sobre segurança pública, para determinar que os estados e o Distrito Federal encaminhem ao banco de dados suas taxas de elucidação de crimes. O projeto integra o pacote de

propostas para a área da segurança pública e segue para a sanção presidencial.

O Projeto de Lei da Câmara 35/2015 foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em novembro, com parecer favorável da senadora Simone Tebet (PMDB-MS). Pelo texto, a inclusão dos dados deve ser feita de forma padronizada e categorizada.

Regra sobre isenção na exportação de serviços segue para deputados

O Senado aprovou ontem projeto que esclarece critérios para isenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) no caso de exportações.

O PLS 475/2017 — Complementar segue para a Câmara. A proposta evidencia que são isentas todas as exportações

de serviço, quando os benefícios se verificam em território estrangeiro e há ingresso de divisas no país.

A proposta foi sugerida pelo Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Processo criminal deve ter linguagem clara, prevê texto

O Plenário aprovou ontem um projeto que prevê o critério da simplicidade como orientador em ações de natureza criminal (PLC 21/2016). A simplicidade pressupõe que os processos devem reunir materiais essenciais, adotando linguagem clara e acessível às partes.

De acordo com o autor,

deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a Lei dos Juizados Especiais foi omissa quanto ao critério da simplicidade. Ele argumenta que há divergência entre o artigo 2º e o artigo 62 da lei.

Relatora do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Ana Amélia (PP-RS) considerou

que a inclusão do critério da simplicidade no rol expresso dos princípios que devem orientar a atuação dos juizados especiais criminais deve evitar qualquer “interpretação errônea” acerca dos princípios aplicáveis no âmbito desses órgãos judiciais.

O projeto segue agora para sanção presidencial.

Senado aprova celebração no Brasil do Dia Internacional do Direito à Verdade

Foi aprovada em Plenário ontem a proposta para se celebrar o Dia Internacional do Direito à Verdade em 24 de março. O PLC 55/2014 segue para sanção. O texto, da deputada Luiza Erundina (PSOL-SP), estabelece que a data deve ser dedicada à reflexão

coletiva sobre a importância do conhecimento das situações em que tenham ocorrido graves violações aos direitos humanos. A data, escolhida pelas Nações Unidas, lembra o dia da morte de dom Óscar Romero, religioso católico atuante em El Salvador, em 1980.

Proposta que permite venda fracionada de remédios para animais volta à Câmara

Retorna à Câmara projeto que permite a venda fracionada de medicamentos em clínicas veterinárias e pet shops (PLC 59/2017). O texto, um substitutivo, já havia sido aprovado no dia 28 e foi confirmado ontem em turno suplementar de votação no Plenário.

O projeto estende para medicamentos veterinários prática já adotada no comércio de remédios para seres humanos. O fracionamento deverá ser feito pelo veterinário responsável pelo comércio. As frações deverão ser fornecidas na embalagem original.

Hélio José pede fim das derrubadas de casas no DF

Em audiência, senador defendeu a regulamentação da lei que disciplina a regularização fundiária urbana no país, e representantes de associações de moradores criticaram ação do governo distrital

A SUSPENSÃO DA derrubada de moradias e a regulamentação da Lei 13.465/2017, que disciplina novos procedimentos para a regularização fundiária urbana, foram defendidas por Hélio José (Pros-DF). O senador fez um apelo por essas medidas ao governo do Distrito Federal e à Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agefis) durante audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre a regularização fundiária em Brasília e no seu entorno.

Hélio José foi vice-presidente da comissão responsável por analisar a MP 759/2016, que deu origem à lei. Para o senador, a legislação criou condições para a titulação da terra. Contudo, ele reconheceu que a lei é de difícil implementação e, por isso, requer grandes esforços governamentais e a regulamentação.

— O prejuízo causado pela habitação irregular é muito menos dramático que a derrubada de uma casa que deixa ao relento uma família e cria um problema social onde não existia — disse.

O presidente da Associação de Moradores do Setor Habitacional Vicente Pires, Gilberto Camargos, afirmou que o processo de regularização no local é impositivo e arbitrário e não corresponde



Hélio José preside audiência solicitada por ele, ao lado do deputado Izalci

ao estabelecido pela lei.

De acordo com o representante da Associação Comunitária dos Condomínios da Região do Jardim Botânico, Toni Duarte, a luta pela regularização da área já dura dois anos e ainda não está consolidada por dois motivos: — Primeiro, porque a lei não está regulamentada. Segundo, porque, mesmo não regulamentada, a lei está valendo. Até hoje a Terracap [Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal] não tem um método transparente para mostrar para a população como está sendo feito esse processo.

O secretário de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal, Thiago Teixeira

de Andrade, justificou que o processo de regularização que ocorre no Distrito Federal e no entorno é o maior do país e é exemplo para demais estados.

Escrituras

Segundo ele, já foram entregues cerca de 41 mil escrituras. O objetivo da Terracap é chegar até o fim do ano que vem a 63 mil registros, que representarão uma redução de cerca de 10% de informalidade habitacional.

Integrante do Conselho Secional da OAB-DF, Og Pereira afirmou que a grande adesão dos moradores à regularização proposta é motivada mais por “medo e ameaças” do que por consenso.

Projeto aprovado prevê reuniões anuais com chefe da Casa Civil

O Plenário aprovou ontem projeto que prevê o comparecimento semestral do ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a fim de expor as ações da agenda de competitividade.

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 46/2017, que altera o Regimento Interno da Casa, segue para promulgação.

Pela proposta, a CAE deverá promover duas audiências públicas por ano para que o representante do Poder Executivo exponha as iniciativas para melhorar a produtividade e o ambiente de negócios no país. Emenda apresentada por Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) e acatada parcialmente pelo relator em Plenário, Armando Monteiro (PTB-PE), permite que outros ministros sejam

designados para prestar contas do andamento da agenda, não somente o da Casa Civil.

O projeto é de autoria da própria CAE e faz parte do pacote analisado pelo Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas, iniciativa da comissão para aprovar uma agenda positiva que auxilie no desenvolvimento socioeconômico do Brasil. O grupo estudou soluções para questões regulatórias, concorrenciais e jurídicas que impedem que muitos setores funcionem a contento.

A avaliação dos senadores da comissão é de que essa situação diminuiu investimentos em áreas importantes para a economia, levando à estagnação da produtividade e do crescimento econômico, o que afeta o setor empresarial, o nível de empregos e, em consequência, a sociedade.

Plenário do Senado aprova regulação de duas profissões

O Plenário aprovou ontem a regulamentação de duas profissões: técnico em biblioteconomia e condutor de ambulância. As propostas seguem agora para a sanção da Presidência da República.

O projeto que regulamenta a profissão de técnicos em biblioteconomia (PLC 15/2017) determina que é necessário o trabalhador ser legalmente habilitado em curso de formação específica. A proposta define como requisito para o exercício da atividade profissional possuir diploma de formação de nível médio, expedido no Brasil, por escolas oficiais ou reconhecidas, ou possuir diploma expedido por escola estrangeira, mas revolidado no Brasil. Atualmente a legislação regulamenta apenas a profissão daqueles que têm curso superior na área de atuação.

A obrigatoriedade do registro no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) é determinada pelo projeto. O técnico em biblioteconomia

deverá ser supervisionado por um bibliotecário formado e registrado no CRB. Para a relatora na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Regina Sousa (PT-PI), a proposta impedirá que “pessoas sem os conhecimentos técnicos pertinentes exerçam tão relevante profissão, em prejuízo dos milhões de frequentadores das bibliotecas nacionais”.

Ambulância

Pelo projeto que regulamenta o exercício da atividade de condutor de ambulância (PLC 82/2017), o profissional deverá ser maior de 21 anos, ter obtido ao menos o diploma de nível médio e ter a habilitação para condução de veículos nas categorias D ou E.

O condutor deverá demonstrar haver recebido treinamento especializado e reciclagem em cursos específicos a cada cinco anos. Relatado na CAS pelo senador Paulo Paim (PT-RS), o projeto é do deputado Valdir Colatto (PMDB-SC).

👍 DÊ SUA OPINIÃO 🗨️

Posse de arma pode dispensar declaração de necessidade

Projeto que exclui do Estatuto do Desarmamento a regra que obriga o cidadão a apresentar uma declaração de “efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça

à sua integridade física” para adquirir arma de fogo está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Pelo PLS 480/2017, de Cidinho Santos (PR-MT), o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) fica

obrigado a expedir a licença para a posse de arma se todos os pré-requisitos, como comprovação de capacidade técnica, forem atendidos, a documentação exigida for apresentada e as taxas, pagas.



Qual a sua opinião sobre o projeto?



Vote em:

<http://bit.ly/PLS490de2017>

■ Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

■ Comente também na página do Senado no Facebook: [facebook.com/senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Waldemir Barreto/Agência Senado



O relator da MP, José Rocha (D), defende seu texto ao lado do presidente da comissão mista, Cidinho Santos

Avança MP que amplia prazo de investimento em rodovias

Medida provisória aprovada ontem em comissão mista permite às concessionárias de estradas federais executar os investimentos previstos nos contratos em 14 anos, em vez dos 5 anos inicialmente definidos

A COMISSÃO MISTA que analisa a Medida Provisória (MP) 800/2017, que alonga o prazo para investimentos das concessionárias em rodovias federais, aprovou ontem o relatório do deputado José Rocha (PR-BA), na forma de um projeto de lei de conversão. O texto agora será votado nos Plenários da Câmara e do Senado. A vigência da MP vai até 26 de fevereiro.

O projeto de lei de conversão manteve o prazo de 14 anos previsto no texto original para que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) possa fazer, em acordo com as concessionárias, a reprogramação para os contratos que determinavam concentração de investimentos no período inicial. Pelas regras atuais, as empresas têm cinco anos para fazer obras nos trechos concedidos, mas elas alegam que a crise econômica as impediu de cumprir o prazo.

Os termos serão definidos em uma regulamentação do Ministério dos Transportes. A concessionária terá um ano para manifestar interesse em aderir à reprogramação de investimentos.

O texto aprovado manteve a exigência de inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas para o transporte de carga própria, cargas especiais e produtos perigosos, como forma de impedir a informalidade, a concorrência desleal e a prática de preços predatórios.

O relator aceitou cinco emendas, entre elas as do deputado Hugo Leal (PSB-RJ) e do senador José Medeiros (Pode-MT) que determinam que, no caso das concessões de rodovias federais, deverá haver a expressa responsabilidade das concessionárias quanto a medidas relacionadas à segurança pública no trecho concedido, conforme diretrizes da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

A responsabilidade se estende à construção, à reforma, à manutenção e ao funcionamento dos prédios da PRF.

As emendas determinam que as concessionárias serão responsáveis pela aquisição, pela instalação e pela manutenção de equipamentos destinados ao videomonitoramento das rodovias. Elas responderão por ações de publicidade e educação de trânsito, em conjunto com a PRF.

Aumento de tarifas

As concessionárias serão obrigadas a destinar uma verba anual de reaparelhamento à PRF, para suprir demandas pelos equipamentos de fiscalização e de proteção individual, pelos dados sobre passagem de veículos e imagens e pela correção de problemas de engenharia que estejam colocando em risco a segurança do trânsito, ouvida a ANTT.

O relator também acolheu uma emenda do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) que

impede o aumento das tarifas praticadas pela concessionária na reprogramação dos investimentos. Goergen afirma que a reprogramação dos contratos não poderá gerar custos adicionais aos usuários, ainda que cumpridas as exigências da MP.

Segundo ele, não fica claro no texto da medida se o concessionário poderá sugerir uma repactuação na tarifa de pedágio. Ainda que as intenções sejam a reprogramação com a diminuição da tarifa, a redução do prazo ou a combinação das duas formas, é necessário deixar claro no texto a impossibilidade de aumentar a tarifa, defende o deputado.

Uma emenda do deputado Vieira de Melo (PV-ES) determina que a ANTT, após a celebração do termo de reprogramação de investimento, publicará em seu site o respectivo extrato para conhecimento do público e dos órgãos de controle e fiscalização.

Caducidade

Após entendimento com os membros da comissão, o relator apresentou complementação de voto para alterar um trecho do projeto, determinando a caducidade da concessão como decorrência da falta de observância dos investimentos reprogramados.

Uma versão preliminar do relatório, a partir de uma emenda apresentada pelo deputado Evair Vieira de Melo (PV-ES), previa que, constatado o descumprimento de obrigação de investimento reprogramado, seria suspensa a cobrança de pedágio de forma cautelar até a ANTT apurar a responsabilidade da concessionária ou até a realização do investimento pactuado.

Parlamentares apontaram ao relator o risco de prejuízos para os usuários caso a cobrança do pedágio fosse abruptamente interrompida, com a consequente suspensão imediata dos serviços da concessão.

Para Cidinho, prazo maior fará melhorias saírem do papel

Cidinho Santos (PR-MT) comemorou a aprovação da ampliação do prazo para que as concessionárias de rodovias possam fazer os investimentos exigidos nos contratos.

O senador explicou que, no caso da BR-163, o grupo Rota Oeste, do qual o maior acionista é a Odebrecht, ficou com sua capacidade de investimento comprometida por causa das dificuldades enfrentadas pela empreiteira. Com a renovação, esse grupo poderá ter um novo sócio ou até mesmo vender a concessão para que os investimentos e as duplicações exigidas na BR-163 saiam do papel.

Vai a Plenário adesão do Brasil a tratado da ONU sobre armas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a adesão do Brasil ao Tratado sobre o Comércio de Armas, assinado na Organização das Nações Unidas (ONU) em 2013 (PDS 243/2017), com relatório de Antonio Anastasia (PSDB-MG). O texto segue para o Plenário do Senado.

O principal objetivo do tratado é prevenir e erradicar o comércio ilícito de armamentos ou o uso deles com fins não autorizados, como atentados terroristas.

Os países signatários devem reforçar o controle interno e sobre as vendas externas para que não ocorram desvios de mísseis e lançadores, navios e tanques de guerra, aeronaves e veículos de combate blindados, helicópteros de ataque, artilharia de grande calibre ou mesmo de armamentos leves.

Sobre as exportações, o tratado prevê também que elas não deverão ser feitas quando houver o conhecimento de que

as armas serão utilizadas contra civis ou outros crimes de guerra, ou se houver risco de que caíam nas mãos do crime organizado. Países importadores e exportadores, membros do tratado, deverão colaborar no intercâmbio de informações sobre esses riscos.

Cada país deverá enviar relatório anual à ONU sobre exportações e importações.



Collor preside votação do tratado internacional sobre armamentos

Fórum Mundial da Água será debatido em subcomissão

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou a criação de uma subcomissão voltada para a participação do Senado no 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado em Brasília entre 18 e 23 de março do próximo ano. A subcomissão será presidida por Jorge Viana (PT-AC), escolhido ontem durante reunião do colegiado.

Segundo Viana, as nações precisam estabelecer um marco global de compartilhamento dos recursos hídricos, visando evitar conflito entre os países.

— Cerca de 40% da água consumida no planeta vem de lagos e rios compartilhados, porque nascem num país e seguem para outros. Por causa das mudanças climáticas, há iminência de escassez. Por isso, a ONU defende aperfeiçoar a legislação sobre compartilhamento — afirmou Viana.

O presidente da CRE, Fernando Collor (PTC-AL), disse preocupar-se com o conceito de “compartilhamento de águas”. Defende que o tema seja bem definido para que o fórum produza resultados concretos.

Paim diz que governo mente sobre reforma da Previdência

Bastaria o governo devolver todo o dinheiro que foi retirado do orçamento da Previdência, por meio da Desvinculação de Receitas da União (DRU), para resolver o déficit, disse Paulo Paim (PT-RS). Segundo ele, a Previdência receberia mais de R\$ 1 trilhão, com valores atualizados pela Selic.

O governo também poderia, disse o senador, cobrar as dívidas que as grandes empresas têm com a seguridade social para colocar no orçamento do setor mais R\$ 1 trilhão, com valores também atualizados.

— Fazem essa reforma agora e daqui a um ano, dois anos, vão querer outra. Depois vem o Refis e perdoa os grandes devedores — protestou.

Fátima: Congresso ajudou Temer a “acabar” com patrimônio do país

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou ontem que o Congresso ajudou o governo Temer a acabar com o patrimônio nacional e a enfraquecer os direitos sociais. Exemplo disso, segundo ela, foram as privatizações, a reforma trabalhista e a isenção fiscal, por 22 anos, para companhias estrangeiras exploradoras de petróleo.

Com a isenção, o governo abrirá mão de um R\$ 1 trilhão, comprometendo as contas públicas, disse a senadora, que criticou ainda a destruição da política de conteúdo local na indústria do petróleo.



Jefferson Roldy/Agência Senado

Texto incentiva doação a fundo para deficientes

Segundo proposta aprovada ontem em comissão, quem doar a conselhos de direitos das pessoas com deficiência poderá deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem projeto que permite deduzir do Imposto de Renda as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência.

O texto (PLS 338/2017) vai agora para a análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde vai ser votado em caráter terminativo (se for aprovado, poderá ir diretamente para a Câmara, sem a necessidade de passar pelo Plenário Senado).

Segundo Romário (Pode-RJ), autor do texto, já é possível deduzir doações aos fundos controlados pelos conselhos estaduais, municipais e nacionais do idoso e das crianças e adolescentes. O limite é de 6% do imposto devido. O projeto amplia a possibilidade aos conselhos ligados às pessoas com deficiência.

“É necessário garantir recursos para que os direitos sejam respeitados. Investimentos em educação, capacitação



Paulo Paim, autor do relatório favorável ao projeto que trata de doações

para o trabalho, saúde, pesquisas, moradia, divulgação dos direitos e tudo que possa significar mais acessibilidade e inclusão são necessários para que a lei ganhe vida. Sem dinheiro, sabemos que muitas das mais elevadas aspirações do ser humano não saem do papel”, afirma o senador na

justificativa do projeto.

A renúncia de receita foi estimada pela Consultoria de Orçamento do Senado em R\$ 20,7 milhões para 2018, R\$ 22,7 milhões para 2019 e R\$ 25 milhões para 2020. O texto foi aprovado sem emendas, de acordo com o relatório do senador Paulo Paim (PT-RS).

Projeto permite provas em dias diferentes por questão religiosa

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto que prevê a realização de concursos em dias alternativos por motivos de crença religiosa. O PLS 564/2015, do senador Magno Malta (PR-ES), determina que os candidatos que, em razão de credo religioso, não puderem fazer as provas nas datas e horários estabelecidos, entreguem declaração por escrito à organização do certame, que será obrigada a oferecer as provas em dia e horário compatível com a fé do candidato.

A intenção é garantir que ninguém seja privado do acesso ao ensino ou a cargos e empregos públicos por motivo de crença religiosa. O texto prevê a aplicação da lei aos processos seletivos de ingresso na educação superior e às provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O texto foi aprovado com

alterações propostas pelo senador José Medeiros (Pode-MT). O substitutivo, lido na comissão pelo senador Paulo Paim (PT-RS), fez alterações no texto original para adaptá-lo à legislação e explicitou o direito ao benefício também em casos de concursos públicos de acesso a cargos da União, autarquias e fundações públicas federais.

Pela proposta, os candidatos deverão ingressar no local do concurso no mesmo horário dos demais, deverão ser alojados em local separado e permanecerão incomunicáveis. O início das provas se dará no momento em que cessar a vedação religiosa e os candidatos terão o mesmo tempo para conclusão. O benefício vale para testes físicos, provas orais ou entrevistas.

O projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde terá decisão terminativa.

Ônus da prova em demissão pode ser do empregador

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou projeto que exige do empregador a obrigação de demonstrar a inexistência de discriminação contra o empregado.

Pela proposta, que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), desde o início do processo ajuizado contra o empregador até um ano após o seu término, a prática de represália contra o trabalhador e a dispensa sem justa causa serão consideradas presumidamente

discriminatórias. A proposta segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O texto aprovado é um substitutivo do relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), ao projeto (PLS 340/2012 — Complementar) do senador licenciado Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Se ficar comprovado o caráter discriminatório das condutas, o empregado terá direito a indenização por danos morais e materiais. Poderá optar ainda, em caso de demissão

arbitrária, pela readmissão ou reintegração ao serviço com ressarcimento integral da remuneração devida, com juros e correção, e recebimento, em dobro, da remuneração devida durante o período de afastamento. Petecão disse que apresentou o substitutivo “para não perder a oportunidade de conferir efetividade a dispositivos da Constituição que vedam a prática de qualquer ato discriminatório em prejuízo do trabalhador”.

Avança cultivo de maconha para uso medicinal

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou relatório de Marta Suplicy (PMDB-SP) pela apresentação de um projeto de lei para descriminalizar a maconha para fins medicinais.

Marta apresentou voto em separado sobre a sugestão legislativa de descriminalizar o cultivo da maconha para uso

personal (SUG 25/2017), já que o relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), apresentou parecer pela rejeição da sugestão.

— Concordamos com o relator quanto a não descriminalização do cultivo da *Cannabis sativa* para uso recreativo. Todavia, já passou da hora de se legalizar o cultivo da maconha para uso terapêutico — disse a senadora Marta Suplicy, que

será a relatora da proposta. A CDH acatou ainda outras duas sugestões: uma que criminaliza a homofobia (SUG 28/2017), a ser relatada por Regina Sousa (PT-PI), e outra que reduz os impostos sobre consoles e jogos para videogames dos atuais 72% para 9% (SUG 15/2017), que deve ser relatada por Telmário Mota (PTB-RR).



Presidente da CDH, Regina Sousa dirige reunião que aprovou projeto

Rejeitada sugestão para retirar título de Paulo Freire

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) rejeitou sugestão legislativa para retirar de Paulo Freire o título de Patrono da Educação Brasileira (SUG 47/2017). Os senadores consideraram a proposta fruto da ignorância sobre o legado do educador.

A sugestão apresentada via Portal e-Cidadania propunha a retirada do título de Paulo Freire, classificando-o como um teórico da esquerda e com o argumento de que seu método de ensino levou ao fracasso da educação brasileira.

A relatora, Fátima Bezerra (PT-RN), classificou a proposta

como censura ideológica. Com a rejeição, a sugestão foi arquivada. A comissão também rejeitou outras duas sugestões: uma que pedia o fim do imposto sobre veículos automotores (IPVA) e outra que propunha a extinção do termo “feminicídio” e a substituição por “crime passional”.